

BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

MENSAGEM

Estimadas e estimados colegas da Advocacia-Geral da União

Com grande satisfação, tenho a honra de anunciar a criação deste Boletim Informativo, uma iniciativa fundamental promovida pela nossa Comissão de Ética. Este instrumento de transparência tem como propósito não apenas reforçar o nosso compromisso com a ética, mas também tornar os nossos processos cada vez mais claros e acessíveis a todas e todos.

A transparência é um pilar essencial para a construção da confiança no âmbito da nossa instituição. Ao divulgar informações sobre nossas práticas, promovemos um ambiente em que cada um de nós é responsável por suas ações e comprometido com os valores de ética e integridade.

Acreditamos que este informativo trará maior clareza sobre o trabalho da Comissão de Ética e sobre os esforços contínuos de promoção de um serviço público ético e justo. Trata-se de uma ferramenta para que possamos acompanhar nosso compromisso com a boa governança, e servirá como um canal de diálogo e acolhimento de sugestões.

Contamos com o apoio e a participação de todas e todos para fazer deste informativo uma ferramenta eficaz e acessível, refletindo nossos esforços em prol de uma administração pública mais íntegra e próxima da nossa sociedade.

Assim, vamos construindo, dia após dia, a instituição com a qual sempre sonhamos!

Jorge Rodrigo Araújo Messias
Advogado-Geral da União

Inauguramos, neste mês, o Boletim Informativo da Comissão de Ética da AGU, iniciativa criada para impulsionar a transparência na gestão da ética na instituição e facilitar o acesso do público aos trabalhos mensalmente realizados pela Comissão.

Nesta primeira edição, apresentamos a Comissão de Ética da AGU, sua missão e atual composição e o respectivo site na internet, onde é possível termos acesso ao regimento interno, a normativos e orientações, a formas de consulta, ao ementário de precedentes e muito mais.

Destacamos, ainda, a publicação de duas normas que possuem relação direta com a atuação da Comissão de Ética: a Portaria Normativa AGU nº 153, de 11 de novembro de 2024, que institui, no âmbito da Advocacia-Geral da União, o Programa AGU sem Assédio e sem Discriminação; e a Portaria Normativa AGU nº 155, de 14 de novembro de 2024, que dispõe sobre o procedimento para a concessão ou prorrogação de licença para tratar de interesses particulares.

Informamos as medidas implementadas para estruturar a Secretaria-Executiva da CEAGU, que conta com novas instalações físicas e um novo Secretário-Executivo, escolhido após a realização de processo seletivo. Noticiamos, ainda, a realização do curso “Ética e Integridade na AGU: Fundamentos, Orientações Práticas e Ações Institucionais”, promovido no mês de outubro pela Comissão de Ética em parceria com o Núcleo de Governança de Integridade e a Escola Superior da AGU.

Por fim, anunciamos o Seminário de Ética e Integridade que acontecerá nos dias 27 e 28 de novembro, apresentamos uma dica de leitura e o texto "Minuto da Ética", que trata sobre como a ética pode proporcionar um ambiente de trabalho harmonioso.

O Boletim é um instrumento para todos nós. Caso tenha alguma sugestão de texto a ser divulgado, ou de ação a ser realizada, escreva para a Comissão!

Brasília, novembro de 2024.

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

Conheça a Comissão de Ética da AGU

O Decreto nº 1.171, de 1994, que aprova o Código de Ética do Poder Executivo federal, estabelece que em cada órgão e entidade da Administração Pública federal deve ser criada uma comissão de ética, que será encarregada de orientar os agentes públicos a ela submetidos sobre ética profissional no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.

No âmbito da Advocacia-Geral da União, a Comissão de Ética foi criada por meio da Portaria AGU nº 330, de 3 de setembro de 2013, com a missão de realizar ações educativas e preventivas sobre ética pública, responder a consultas sobre conflito de interesses e outros assuntos de sua competência, bem como atuar na apuração de denúncias e representações de infração à ética.

A Comissão de Ética da AGU (CEAGU) é constituída por três titulares e respectivos suplentes, escolhidos entre Membros da AGU e órgãos vinculados e Servidores ocupantes de cargo efetivo do quadro permanente da instituição. A atuação na CEAGU não enseja qualquer remuneração para seus integrantes e será registrada nos assentamentos funcionais como prestação de relevante serviço público.

A CEAGU se reúne ordinariamente uma vez por mês e conta com uma Secretaria-Executiva, vinculada administrativamente ao Gabinete do Advogado-Geral da União, com a finalidade de contribuir para a execução do plano de trabalho da Comissão e prover apoio técnico e administrativo necessários ao cumprimento de suas atribuições.

Primeira Mulher Presidente e Equidade de Gênero na Composição

Desde janeiro de 2024, a CEAGU é presidida pela procuradora da Fazenda Nacional Mariana Cruz Montenegro, primeira mulher a exercer a função de presidente da Comissão. Mariana é mestre e especialista em Administração Pública e Governo, pela Fundação Getúlio Vargas. É também professora, palestrante e possui vasta experiência em matéria de ética pública e integridade.

Também a partir deste ano, a equidade de gênero passou a ser respeitada na composição da CEAGU, que atualmente conta com os seguintes membros: Mariana Cruz Montenegro (titular), Priscila Cunha do Nascimento (titular), Talius de Oliveira Vasconcelos (titular), Micheline Silveira Forte (suplente), Daniel Pereira de Franco (suplente) e Rodolfo de Carvalho Cabral (suplente).

AGU publica Portarias Normativas sobre Assédio e Discriminação e Licença para Tratamento de Assuntos Particulares

Neste mês de novembro, a Advocacia-Geral da União publicou duas importantes normas sobre temas relacionados à atuação da Comissão de Ética. As novas diretrizes tratam do Programa AGU sem Assédio e sem Discriminação e do procedimento para concessão de licença para tratar de assuntos particulares (LIP).

Programa AGU sem Assédio e sem Discriminação

Publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de novembro de 2024, a Portaria Normativa AGU nº 153 estabelece diretrizes para a prevenção e o enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e a todas as formas de discriminação no âmbito da instituição.

O Programa, que conta com quatro eixos temáticos (sensibilização, capacitação, enfrentamento e monitoramento), representa um compromisso institucional para a promoção de um ambiente saudável e seguro, pautado pelo respeito mútuo e pela valorização da diversidade e da inclusão.

[Confira a íntegra da Portaria Normativa](#)

Licença para tratar de interesses particulares (LIP)

Por sua vez, a Portaria Normativa AGU nº 155, publicada no dia 18 de novembro de 2024, trouxe nova regulamentação para a concessão e a prorrogação de licença para tratar de interesses particulares a membros das carreiras de advogado da União, procurador Federal, integrantes de quadros suplementares e servidores do quadro de pessoal da AGU.

A Comissão de Ética da AGU, caso o interessado pretenda exercer atividade privada durante a licença, analisará no prazo de trinta dias, contados do seu recebimento no Sapiens, a existência de potencial conflito de interesse relacionado ao exercício da atividade privada pretendida.

[Acesse a nova regulamentação da LIP](#)

Nova Estrutura da Secretaria-Executiva da CEAGU

Com o objetivo de fortalecer os trabalhos da Comissão e de efetivar uma das medidas de integridade previstas no Plano de Integridade AGU 2024, a Secretaria-Executiva da CEAGU contou com o apoio institucional para uma série de ações de estruturação, a começar com novas instalações físicas: agora, a SECEAGU está em atividade em sala própria no 3º andar do Edifício Sede I da AGU.

Além disso, de forma pioneira e servindo como referência para as demais Comissões do Sistema de Gestão da Ética Pública, foi realizado Processo Seletivo Simplificado para escolha de um novo Secretário-Executivo, que tem uma missão fundamental no âmbito da Comissão. Todo trabalho de suporte para as reuniões do colegiado, de execução de iniciativas de divulgação das normas éticas, de contato com autoridades e agentes públicos, de autuação e instrução processual é de competência da Secretaria-Executiva, que também é a porta de entrada da comissão. É por meio dela que denúncias e consultas são recebidas, pessoas são acolhidas e os membros do colegiado obtém apoio para o exercício de seus mandatos.

Após análise curricular e entrevista comportamental, o selecionado para a função foi o procurador federal Davi Valdetaro Gomes Cavalieri, que também é professor dos cursos de Gestão e Apuração da Ética Pública na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), além de mestre pela USP e pós-graduado em Psicologia Positiva, Gestão de Pessoas e Saúde no Trabalho pela PUC-PR.

A equipe da Secretaria-Executiva é composta por Mariane Oliveira de Azeredo (apoio técnico especializado), Wesley França Brito (pécnico em Secretariado) Luiz Francisco Cerqueira Sousa (servidor) e pelas estagiárias de pós-graduação, Ariane Goncalves Morato e Tarsila Costa de Lima.

A Secretaria-Executiva da CEAGU está de portas abertas para atender ao público. Presencialmente, na sala 306 do Edifício Sede I, e também pelo telefone (61) 2026-8939 e pelo e-mail sec-exec.ceagu@agu.gov.br.

Site da Comissão de Ética da AGU



Você conhece o site da Comissão de Ética da AGU? Pensado para ser uma plataforma moderna e útil, ele foi desenvolvido para facilitar o acesso a informações, normas e orientações que promovem e incentivam práticas éticas na instituição.

No site, você encontrará seções dedicadas a diversos temas importantes, como a composição da Comissão e sua Secretaria-Executiva, agenda de reuniões, regimento interno, os principais normativos e orientações na esfera da ética pública, as formas de consulta, denúncia ou representação e, também, um ementário de precedentes com as deliberações da CEAGU nas consultas que lhe são submetidas.

Nossa equipe trabalhou para tornar o conteúdo claro e acessível, oferecendo orientações práticas e ferramentas úteis para todas as pessoas que integram os quadros da instituição.

Em breve, o site contará com novos recursos e guias práticos.

Convidamos você a navegar pelo novo site da Comissão de Ética e descobrir como ele pode apoiar e fortalecer o compromisso com a integridade, a ética e a transparência na AGU.

[Acesse aqui](#)

Comissão de Ética, Núcleo de Governança de Integridade e Escola Superior da AGU promovem o curso “ÉTICA E INTEGRIDADE NA AGU: Fundamentos, Orientações Práticas e Ações Institucionais”

Entre os dias 1º e 22 de outubro de 2024, a Escola da Advocacia-Geral da União (ESAGU) transmitiu o curso “Ética e Integridade na AGU: Fundamentos, Orientações Práticas e Ações Institucionais”.

A capacitação foi realizada ao longo de quatro semanas, com aulas ao vivo nas terças-feiras, e teve como objetivo fortalecer o debate e promover ações práticas voltadas à ética, integridade e saúde mental no âmbito da Advocacia-Geral da União.

Os encontros cobriram temas essenciais para a formação e desenvolvimento de membros da AGU, como direitos e deveres, equidade de gênero e combate ao assédio moral e sexual.



De acordo com a Escola Superior da AGU, “o curso proporcionou aos participantes um espaço de debate e reflexão sobre temas fundamentais para a construção de uma cultura institucional ética e inclusiva. Com a promessa de futuras edições, a Advocacia-Geral da União busca fortalecer suas ações institucionais, promovendo uma organização cada vez mais consciente dos valores de integridade e saúde mental”. Confira a matéria no [Blog da ESAGU](#).

O curso, promovido pela Comissão de Ética em parceria com o Núcleo de Governança de Integridade e a Escola Superior da AGU, está disponível na íntegra na plataforma oficial da Escola Virtual da AGU - EVA.

[Acesso ao Curso](#)

COLOQUE NA AGENDA

Vem aí o Seminário de Ética e Integridade da AGU

Nos próximos dias 27 e 28 de novembro, o auditório da Escola Superior da Advocacia-Geral da União será palco do Seminário de Ética e Integridade, que terá como tema central "Fortalecimento da Ética e Integridade na AGU: Avanços e Desafios para 2025". Será um evento imperdível, com a presença de grandes referências e exposição de temas fundamentais para o fortalecimento da ética e da integridade na AGU.

Em breve, divulgaremos o programa completo e todas as informações sobre o seminário, que conta com a organização e o apoio da Comissão de Ética da AGU, da Escola Superior da AGU, da Coordenação de Integridade Pública da CGAU, da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, da Secretaria de Controle Interno, da Ouvidoria e das demais instâncias de integridade da instituição.

DICA DE LEITURA

A Organização sem Medo

Nossa primeira recomendação de leitura é a obra "A Organização sem Medo: Criando Segurança Psicológica no Local de Trabalho para Aprendizado, Inovação e Crescimento", da autora Amy C. Edmondson. Escrito para líderes e equipes, este livro é um guia prático para criação de culturas em que o conhecimento e a inovação prosperam porque as pessoas se sentem seguras para contribuir com suas ideias.

Com base nos vinte anos de pesquisa da autora, este livro ajuda as organizações a abordar o lado humano da questão para criar locais de trabalho que sejam seguros, sem medo e empoderados para vencer com ideias irrestritas. A Organização sem Medo é uma obra que pode proporcionar a confiança de que precisamos para libertar talentos individuais e coletivos, e criar os tipos de ambientes de trabalho que ajudem todos a ter sucesso e suas organizações a prosperar.



A Comissão de Ética da AGU apoia e estimula a construção de ambientes de trabalho com segurança psicológica na instituição!

EXPEDIENTE

Boletim Informativo produzido pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

Edição 1 – Novembro de 2024

Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União

Mariana Cruz Montenegro (Presidente)
Priscila Cunha do Nascimento (titular)
Talius de Oliveira Vasconcelos (titular)
Micheline Silveira Forte (suplente)
Daniel Pereira de Franco (suplente)
Rodolfo de Carvalho Cabral (suplente)

Secretaria-Executiva

Davi Valdetaro Gomes Cavalieri (Secretário-Executivo)
Mariane Oliveira de Azeredo (Apoio Técnico Especializado)
Wesley França Brito (Técnico em Secretariado)
Luiz Francisco Cerqueira Sousa (servidor)
Ariane Goncalves Morato (estagiária)
Tarsila Costa De Lima (estagiária)

Textos

Davi Valdetaro Gomes Cavalieri

Minuto da Ética

Ana Maria Machado (CEP)



MINUTO DA ÉTICA

Boletim da Rede Ética do Poder Executivo Federal

Novembro 2024

Ambiente ético, trabalho harmonioso

O trabalho ocupa um papel central na vida humana, oferecendo não apenas sustento, mas também um senso profundo de propósito. Para os agentes públicos, esse significado ganha uma dimensão ainda mais ampla, pois seu ofício se volta ao bem comum. O trabalho, nesse contexto, é uma grande oportunidade de impactar positivamente a vida de muitos brasileiros.

No entanto, por vezes, o ambiente de trabalho pode se revelar um espaço de desafios. O psicólogo Marshall Rosenberg, em seu livro “Comunicação Não-Violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais”, aborda que estruturas de poder autoritárias no ambiente laboral, falta de empatia e reconhecimento, desconexão entre líderes e colaboradores, entre outros aspectos, podem transformar o local de trabalho em um mar difícil de navegar.

Nesse cenário, o agente público frequentemente se depara com situações complexas, nas quais conciliar suas próprias expectativas e as demandas do serviço público pode parecer uma tarefa árdua. É exatamente aqui que a conduta ética surge como uma ferramenta indispensável para que o ambiente de trabalho seja harmônico. A ética pública, baseada em princípios como dignidade, eficiência e compromisso com o bem comum, é a

chave para transformar um cenário hostil em um espaço colaborativo e produtivo.

O comportamento ético regula as ações individuais e também inspira confiança e respeito entre colegas, facilitando a construção de uma esfera onde os desafios são superados em conjunto. Sobre esse aspecto da ética, veja o que fala o Código de Ética do Poder Executivo Federal:

XIII - O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação.

Portanto, para nós, a dimensão do trabalho vai além das tarefas cotidianas – ela abrange um compromisso com a ética, que, longe de ser um ideal inalcançável, é o caminho mais concreto para um espaço laboral mais justo e humano. Ao trilhar esse caminho, fortalecemos nosso objetivo enquanto servidores públicos, encontrando no trabalho fonte de sustento e ainda oportunidade de contribuir, diariamente, para o bem-estar da sociedade. E aí, vamos juntos?